



Instrumentos de Avaliação da Sustentabilidade Empresarial: uma revisão de literatura

Ana Jussara Silva do Nascimento¹, Ricélia Maria Marinho Sales²

¹*Mestra em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil (2020)*

²*Engenharia e Gestão dos Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (2026)*

Histórico do Artigo: Submetido em: 16/03/2026 – Revisado em: 22/04/2026 – Aceito em: 29/05/2026

RESUMO

As organizações contemporâneas buscam, de forma progressiva, o aperfeiçoamento de seus sistemas de gestão e de suas políticas de reporte, impulsionadas pela demanda por maior transparência e responsabilidade socioambiental. Nesse cenário, a avaliação de desempenho transcende a métrica puramente financeira, integrando indicadores ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) ao core business empresarial. O objetivo deste artigo é identificar e analisar os principais instrumentos utilizados para avaliar as práticas de sustentabilidade no ambiente corporativo. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, baseada em uma revisão bibliográfica narrativa e documental. A coleta de dados foi realizada na base Web of Science, selecionando-se um corpus de 207 publicações relevantes. Os resultados permitiram mapear e descrever uma diversidade de relatórios, indicadores e índices (tais como o ISE, GRI, DJSI e o Barômetro de Sustentabilidade) que funcionam como mecanismos de sinalização ao mercado e suporte à decisão estratégica. Os dados evidenciam que, embora existam diferentes graus de complexidade e abrangência, a adoção desses instrumentos é fundamental para a mitigação de riscos e para a consolidação da sustentabilidade como pilar da competitividade organizacional no contexto atual.

Palavras-Chaves: Indicadores de Sustentabilidade. Desempenho ESG. Gestão Estratégica. Relatórios Corporativos.

Instruments for Assessing Corporate Sustainability: a literature review

ABSTRACT

Contemporary organizations are increasingly seeking to improve their management systems and reporting policies, driven by the demand for greater transparency and socio-environmental responsibility. In this scenario, performance evaluation transcends purely financial metrics, integrating environmental, social, and corporate governance (ESG) indicators into the core business. The objective of this article is to identify and analyze the main instruments used to evaluate sustainability practices in the corporate environment. Methodologically, an exploratory qualitative research was conducted, based on a narrative and documentary literature review. Data collection was carried out in the Web of Science database, selecting a corpus of 207 relevant publications. The results allowed us to map and describe a diversity of reports, indicators, and indices (such as the ISE, GRI, DJSI, and the Sustainability Barometer) that function as mechanisms for signaling to the market and supporting strategic decision-making. The data show that, although there are different degrees of complexity and scope, the adoption of these instruments is fundamental for mitigating risks and consolidating sustainability as a pillar of organizational competitiveness in the current context.

Keywords: Sustainability Indicators. ESG Performance. Strategic Management. Corporate Reports.

Nascimento, A. J. S. do, & Sales, R. M. M. (2026). Instrumentos de avaliação da sustentabilidade empresarial: Uma revisão de literatura. *Meio Ambiente (Brasil)*, 8(2), 54–68.



1. Introdução

O setor industrial, através do uso de tecnologias sustentáveis, avança no sentido de introduzir em seus processos produtivos modelos menos degradantes de produção, mesmo assim, há diferentes adequações ao considerarmos as distintas realidades dos diversos países, em seus diversos seguimentos de mercados, o que resultam em desvantagens para as regiões mais pobres, seja por seu processo de colonização e exploração, seja por seus aspectos climáticos e econômicos (Sachs, 2011; Nicholls *et al*, 2015).

Para auxiliar as empresas neste processo de melhoria dos seus sistemas de gestão e de definição de uma política adequada de avaliação e divulgação dos resultados quanto as práticas orientadas ao desenvolvimento sustentável, vários organismos nacionais e internacionais passaram a disponibilizar modelos de relatórios que permitissem avaliar e divulgar estas práticas para as partes interessadas, sendo esses investidores, funcionários, fornecedores, clientes, governo e sociedade civil (GRI, 2021; Elkington, 2012).

Além da melhoria dos sistemas de gestão e das políticas de avaliação e de divulgação de resultados das empresas, estes relatórios também têm contribuído para o estabelecimento de uma base de dados que possibilita a realização de comparações entre os desempenhos de diferentes empresas quanto às práticas de sustentabilidade (Barbieri, 2020; Schaltegger; Burritt, 2017). Este processo de *benchmarking* socioambiental permite que o mercado identifique líderes de setor, mitigando a assimetria de informação e pressionando empresas retardatárias a adotarem padrões globais de transparência. Nesse contexto, a padronização dos indicadores quantitativos e qualitativos permite que os investidores realizem a análise de materialidade financeira e socioambiental, integrando riscos não financeiros às decisões de portfólio. Assim, a transparência deixa de ser apenas uma obrigação ética e passa a ser um diferencial competitivo, onde a reputação corporativa é mensurada pela capacidade da organização de gerar valor compartilhado e de responder prontamente às demandas de governança e de preservação ambiental (Santos; Oliveira; Izidoro, 2025).

Ao publicar relatórios periódicos acerca do desempenho do seu sistema de gestão em termos das práticas de sustentabilidade, as organizações proporcionam, para as partes interessadas, o acesso a uma grande quantidade de informações por meio de diversos indicadores de desempenho, os quais são separados em três grupos, a saber: financeiro; ambiental e social, constituindo uma importante ferramenta de gestão pública ou privada (Barbieri, 2020). Aprofundando esta análise, a literatura contemporânea destaca que a integração desses indicadores evoluiu para métricas ESG (*Environmental, Social, and Governance*), onde a governança corporativa atua como o pilar que sustenta a viabilidade econômica aliada à responsabilidade ética, permitindo que a sustentabilidade não seja apenas um apêndice, mas parte do core business organizacional (Edmans, 2021).

Quanto aos resultados obtidos com este estudo, é possível fundamentar uma base teórica, de modo a contribuir com o avanço das pesquisas e com o desenvolvimento de abordagens, possíveis de mensurar o desempenho empresarial, baseado nas múltiplas dimensões da sustentabilidade, possibilitando a construção de rankings de empresas baseado nas práticas de sustentabilidade. Na perspectiva prática, realizar um mapeamento dos modelos de relatórios, indicadores e índices, pode ser útil como um instrumento de apoio a avaliação do desempenho das empresas quanto as suas práticas de sustentabilidade. Auxiliando na identificação de erros e oportunidades de melhorias, tornando-se um suporte a tomada de decisão, conduzindo dentro da possibilidade da empresa, a uma lógica mais sustentável.

Pesquisas como as de Crisóstomo *et al.* (2020) e Lima *et al.* (2025), reforçam a relevância desta temática ao demonstrarem que empresas que adotam relatórios integrados e escalas de mensuração de desempenho ambiental tendem a apresentar maior resiliência em períodos de crise econômica e melhor aceitação por investidores institucionais. Tais estudos apontam que a maturidade da gestão da sustentabilidade está diretamente correlacionada à capacidade de reporte transparente e à adoção de indicadores padronizados de ecoeficiência.

Pretende-se estimular o desenvolvimento de estratégias com o intuito de melhorar o seu nível de

desempenho quanto às práticas de sustentabilidade, com isso a questão da sustentabilidade alcançará uma posição diferenciada na agenda da gestão empresarial. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo consiste em mapear os modelos de relatórios e indicadores de sustentabilidade empresarial, visando propor uma estrutura de apoio à avaliação de desempenho que integre as dimensões econômica, social e ambiental.

2. Material e Métodos

A presente pesquisa caracteriza-se, sob a ótica de seus objetivos, como exploratória. Tal classificação justifica-se pois o estudo visa proporcionar maior familiaridade com o fenômeno da mensuração da sustentabilidade empresarial, buscando tornar o problema mais explícito através do levantamento de modelos e indicadores (GIL, 2022).

Quanto à abordagem, o estudo é estritamente qualitativo, focando na interpretação de documentos e na análise de conteúdo das diretrizes de sustentabilidade. O procedimento técnico adotado foi a pesquisa bibliográfica de caráter narrativo integrada à pesquisa documental. De acordo com Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa documental é essencial quando se trabalha com fontes que ainda não receberam tratamento analítico. A revisão narrativa, por sua vez, permitiu uma análise mais aprofundada e contextualizada da evolução desses instrumentos, sem a rigidez de protocolos de exaustão exigidos em revisões sistemáticas, focando na relevância teórica dos modelos selecionados.

O fluxo metodológico da pesquisa consistiu em três fases: (i) busca e seleção de literatura na WoS com os descritores, conforme o quadro 1; (ii) análise documental dos manuais dos principais índices citados na literatura; e (iii) síntese comparativa das dimensões econômica, social, ambiental e governança, de cada modelo. Estes, estão sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Procedimento de análise de dados

Pergunta guia	Quais são os principais instrumentos utilizadas para avaliar as práticas de sustentabilidade no ambiente empresarial?
Base de dados	Periódicos da Capes via Web of Science®
Termos e conectivos	TS=("sustainability" OR "sustainability performance" OR "sustainable performance" OR "sustainability dimensions" OR "sustainability index" OR "sustainability indices" OR "sustainability indicators") AND TS=("business" OR "company" OR "organization" OR "industry" OR "businesses" OR "companies" OR "organizations" OR "industries") AND TS=("multi-criteria" OR "multi criteria" OR "multicriteria" OR "multi-attribute" OR "multi attribute" OR "multiattribute")
Idioma	Português e Inglês
Tipo de Publicação	Artigos científicos

Fonte: elaborada pelos autores

Após o levantamento dos principais instrumentos de avaliação, foram identificados: modelos de relatórios, indicadores e índices. Visando o tratamento e interpretação de dados, foi realizado um estudo aprofundado dos modelos encontrados, para tanto foi conduzida uma revisão sistemática da literatura (RSL), possibilitando um mapeamento das abordagens encontradas durante a execução das atividades anteriores.

2.2 Limitações da pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando especificamente a base de dados Web of Science (WoS). A opção exclusiva pela WoS fundamenta-se em seu rigoroso critério de indexação, que seleciona apenas periódicos de alto impacto e relevância global, garantindo a qualidade acadêmica das fontes citadas (Santa; Herrero-Solana, 2015).

Como também, pela expressiva densidade de produções científicas identificadas acerca da temática do desenvolvimento sustentável, o que gerou um volume de dados robusto e representativo para a consecução dos objetivos propostos. Diante da amplitude do acervo recuperado, a delimitação a esta base específica configurou uma escolha metodológica estratégica para viabilizar a exequibilidade do estudo, assegurando que o processo de leitura e análise crítica de cada obra fosse conduzido com o rigor e a dedicação necessários. Assim, priorizou-se a profundidade analítica em detrimento da exaustão quantitativa de múltiplas bases, garantindo uma avaliação minuciosa para que todos os instrumentos citados, pudessem ser identificados.

Contudo, a pesquisa apresenta limitações que devem ser explicitadas sobre as bases de dados que corresponde a exclusão de outras bases pode ter omitido outros estudos, restringindo o panorama aos periódicos de impacto internacional indexados na WoS; na metodologia no qual a ausência de uma análise bibliométrica quantitativa impede a generalização estatística dos dados, limitando os resultados à percepção analítica e qualitativa dos autores sobre os modelos estudados e de escopo onde o estudo foca na descrição estrutural dos índices, não abrangendo a verificação prática da aplicação desses modelos no cotidiano operacional de empresas específicas.

3. Resultados e Discussão

A análise sistemática da literatura e dos documentos recuperados na base de dados Web of Science permitiu mapear os instrumentos de avaliação da sustentabilidade empresarial que possuem maior recorrência e relevância no cenário nacional e internacional. Os dados evidenciam que a mensuração do desempenho sustentável é estruturada a partir de uma diversidade de índices e diretrizes de reporte que buscam traduzir a complexidade das dimensões ambiental, social e de governança (ESG).

Dentre os principais instrumentos identificados e selecionados para análise neste estudo, destacam-se, no contexto brasileiro, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3, 2025), os indicadores do Instituto ETHOS (2025) e o modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2025). No âmbito global, a literatura aponta o protagonismo das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI, 2025), além dos índices de mercado de capitais como o Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI, 2025) e o FTSE4Good Index Series (FTSE, 2025). Complementarmente, foram identificadas ferramentas de suporte à gestão pública e privada, como os Indicadores da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS, 2025), o Dashboard da Sustentabilidade (DS, 2025), o Barômetro de Sustentabilidade (BS, 2025) e o Triple Bottom Line Index System (TBLIS, 2025). Estes relatórios e índices, que compõem o corpo analítico desta investigação, encontram-se detalhados nas seções subsequentes.

3.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Seguindo uma tendência das principais bolsas mundiais, as quais investidores procuram empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para a aplicação de seus recursos – denominados de investimentos socialmente responsáveis (ISR) – a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) lançou em dezembro de 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), sendo o primeiro índice de sustentabilidade da América Latina e tem por objetivo refletir acerca do retorno das ações de empresas

brasileiras que promovam boas práticas e alto grau de comprometimento com responsabilidade social e sustentabilidade empresarial. Tal índice foi elaborado pela BM&FBOVESPA em conjunto com outras instituições, a saber: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); International Finance Corporation (IFC); e Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente. (Andrade *et al.*, 2013; 2009; Teixeira *et al.*, 2011).

A estrutura de avaliação do ISE B3 é composta por sete dimensões fundamentais, que abrangem os aspectos gerais, a natureza do produto e a governança corporativa, além das dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. O processo de seleção ocorre de forma voluntária, exigindo que as organizações submetam questionários detalhados que funcionam como evidências do seu nível de maturidade e desempenho frente aos desafios da sustentabilidade corporativa (B3, 2025).

Os questionários são avaliados e analisados por agências ou empresas especializadas e, na sequência a BM&FBOVESPA tabula, analisa e ordena as empresas de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade. Ao final desse processo, os resultados são divulgados, proporcionando um diagnóstico geral do cenário empresarial brasileiro. Este tipo de avaliação tem por objetivo auxiliar o investidor nas suas tomadas de decisões, no tocante a escolha das empresas a serem investidas por ele. Além disso, este tipo de iniciativa tem ajudado a convencer os investidores que a sustentabilidade fomenta uma boa gestão, resultando em um fator de sucesso, evidenciando que empresas com boas práticas de sustentabilidade são mais previsíveis a longo prazo e mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais (Nogueira; Gomes, 2012).

3.2 Instituto ETHOS

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada com o intuito de ajudar as empresas através do conhecimento, troca de experiências e a criação de ferramentas que possibilitem gerir seus negócios de forma socialmente sustentável e justa, disseminando a prática da responsabilidade social empresarial, com sua missão pautada em ajudar as instituições nas seguintes questões: (i) implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos; (ii) assumir a responsabilidade com todos que sejam atingidos por suas atividades; (iii) demonstrar aos acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para retornos sobre seus investimentos; (iv) identificar formas de atuação em parcerias com as comunidades na construção do bem estar comum; e (v) prosperar contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável (Ethos, 2025).

Dentre as ferramentas de gestão, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial foram desenvolvidos pelo Instituto Ethos e tem por missão mobilizar, sensibilizar e ajudar empresas a gerir seus negócios de forma responsável. A ferramenta é composta por um sistema online que disponibiliza um questionário, em que a empresa seleciona os indicadores de acordo com o interesse e temas que almeja desenvolver, identificando as práticas já desenvolvidas e ao término do preenchimento a empresa poderá acessar seu relatório de diagnóstico que apresenta o desempenho individual e o comparativo com as demais empresas que optaram por responder a mesma seleção de indicadores e assim tornando possível estratégias, políticas e processos que possam aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável (Ethos, 2013).

A estrutura proposta pelo modelo utiliza de quatro dimensões para sua análise: visão estratégica, governança e gestão, social e ambiental, que por sua vez são subdivididas em temas, subtemas e posteriormente em indicadores – DIMENSÃO > TEMA > SUBTEMA > INDICADOR – totalizando 47 indicadores, o qual cada indicador tem seus desdobramentos, totalizando 789 desdobramentos, os indicadores Ethos são

atualizados anualmente e podem ser utilizados por qualquer empresa (Ethos, 2017; Penteado; Duarte, 2014; Senefonte; Patah, 2014).

3.3 IBASE

O questionamento ético das organizações evoluiu substancialmente nas últimas décadas, impulsionando a adoção de posturas responsáveis perante o ecossistema e institucionalizando o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Este movimento, consolidado a partir da década de 1980, fundamenta-se na Teoria dos *Stakeholders*, que preconiza que a longevidade empresarial depende da capacidade da firma em harmonizar os interesses de acionistas com os de funcionários, comunidades e sociedade (Freeman; Reed, 1983; Ferreira *et al.*, 2009).

Este conjunto de ações contribui para a elevação da qualidade de vida e para a otimização dos retornos nas dimensões econômica, social e ambiental. Sob a perspectiva da contabilidade para o desenvolvimento sustentável, essa integração estimula a transparência para além das demonstrações financeiras tradicionais, exigindo a mensuração de externalidades negativas e positivas por meio da contabilidade ambiental (Anjos, 2025). A evidenciação dessas informações não é meramente discricionária, mas uma resposta à pressão do mercado por métricas de governança que assegurem a sustentabilidade fiscal e a redução da assimetria de informação entre gestores e investidores (Gray; Adams; Owen, 2014; Schaltegger; Burritt, 2017).

De modo a divulgar interações não financeiras, as empresas adotaram o Balanço Social (BS) como um instrumento de legitimação. Este resulta em demonstrativos socioambientais que contabilizam benefícios oferecidos aos públicos interno e externo, configurando um instrumento de medida da relação entre resultados corporativos e bem-estar social. O BS atua como um mecanismo de redução de riscos reputacionais, evidenciando o uso eficiente de recursos naturais e humanos, o que gera credibilidade institucional e fortalece a participação da organização nas esferas econômica local e nacional (Silva *et al.*, 2023).

O Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), estruturado em 1997, padronizou a publicação de informações sociais, atuando como um vetor de disseminação da RSC no Brasil. Como ferramenta de gestão estratégica, o modelo IBASE condensa indicadores de corpo funcional, cidadania empresarial e justiça socioambiental. Estudos contemporâneos indicam que essa padronização é essencial para a comparabilidade de dados (*benchmarking*), permitindo que diferentes setores avaliem seu progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (IBASE, 2017).

O IBASE disponibiliza quatro versões de seu modelo: Geral (grandes corporações), Micro e Pequenas Empresas, Cooperativas e Instituições de Ensino/Terceiro Setor. Essa estratificação metodológica atende ao princípio da proporcionalidade na gestão, garantindo que o reporte de sustentabilidade seja acessível a diferentes naturezas jurídicas. Ao permitir o confronto entre resultados financeiros e indicadores socioambientais, o modelo IBASE estabelece as bases científicas necessárias para a avaliação da função social da propriedade e da empresa, conforme preconizado pelos padrões internacionais de transparência (Nascimento *et al.*, 2025).

3.4 Global Reporting Initiative (GRI)

A GRI é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1997 por meio de uma ação conjunta da Coalition for Environmentally Responsible (CERES) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), considerada um dos mais importantes e consistentes modelos para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade nas esferas econômica, ambiental e social de uma organização de qualquer porte, setor ou localidade (GRI, 2025; Oliveira *et al.*, 2014).

As diretrizes da GRI são guias na elaboração dos relatórios de sustentabilidade e compreendem os princípios, as orientações e os indicadores de desempenho, que permitem conduzir a determinação do

conteúdo, qualidade e limite do relatórios, harmonizando os numerosos sistemas de informação utilizados, tendo como missão: (i) equilibrar o nível de importância dos relatórios ambientais e sociais aos financeiros; (ii) desenhar e melhorar continuamente as diretrizes de relatórios de modo a refletir os resultados da empresas nas três dimensões de sustentabilidade e (iii) construir uma instituição global e permanente para administrar as diretrizes formuladas, de modo transparente e voltada ao desenvolvimento sustentável (Campos et al. 2012; Carvalho; Siqueira, 2012; GRI, 2025).

Além dos indicadores de desempenho econômico, indicadores de desempenho ambiental e indicadores de sustentabilidade social, os quais abrangem: (i) indicadores de práticas trabalhistas e trabalho condigno, baseados em normas internacionais; (ii) indicadores de direito humanos abrangendo a não-discriminação, a erradicação do trabalho infantil, a liberdade de associação, a erradicação do trabalho escravo e forçado e os direitos dos indígenas; (iii) indicadores de sociedade relativo aos impactos das atividades da organização sobre as comunidades afetadas; e (iv) indicadores de responsabilidade pelo produto, relacionados a sensibilidade direta dos clientes aos produtos e serviços fornecidos pela empresa, oferecendo em sua estrutura as orientações necessárias com diretrizes, protocolos, lista métrica de desempenho e outros itens de divulgação capazes de mensurar o desempenho empresarial (Junior; Kassai, 2014; Toppinen *et al.*, 2012).

3.5 Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI)

O índice considera em sua medição o desempenho financeiro e fatores econômicos, além do envolvimento social, cultural e ambiental das empresas. Um amplo questionário é usado para a seleção das empresas, e para elaborar o ranking das corporações é realizada uma avaliação do nível de sustentabilidade através da análise de três dimensões. Lançado em 1999, o DJSI consolidou-se como o principal *benchmark* global para investidores que buscam alinhar rentabilidade à responsabilidade socioambiental, fundamentando-se na premissa de que práticas sustentáveis geram valor acionário a longo prazo (Searcy; Elkhawas, 2012).

O DJSI adota a metodologia conhecida como *Best-in-Class*, a qual seleciona as empresas que apresentam o melhor desempenho em cada um dos setores econômicos, excluindo apenas organizações do setor de defesa com mais de 50% do faturamento proveniente da venda de armas (Leoneti et al., 2016). Aprofundando esta análise, a base de dados do índice é alimentada pela *Corporate Sustainability Assessment* (CSA), uma avaliação que foca na materialidade específica de cada setor. Isso significa que os critérios de sustentabilidade não são genéricos, eles variam conforme o setor (Eccles, Ioannou e Serafeim, 2014).

Além disso, a literatura contemporânea destaca que a permanência de uma empresa no DJSI atua como um mecanismo de sinalização ao mercado, reduzindo o custo de capital e mitigando riscos reputacionais. A natureza dinâmica do índice, que revisa anualmente seus critérios para incluir temas emergentes como biodiversidade e cibersegurança, exige que as organizações mantenham um processo de melhoria contínua em seus sistemas de gestão ambiental e de governança (Hartzmark; Sussman, 2019). Assim, o DJSI transcende a função de um simples ranking, configurando-se como um indutor de padrões globais de governança corporativa e de transparência ESG.

3.6 FTSE4GoodIndex

A série é composta por uma família de índices desenvolvida para mensurar o desempenho de empresas que demonstram práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) robustas. Diferente de índices puramente financeiros, o FTSE4Good fundamenta-se no conceito de Investimento Socialmente Responsável, funcionando como uma ferramenta para investidores que buscam mitigar riscos sistêmicos associados a falhas éticas e operacionais (Fontanillas; Leão; Lima, 2025).

Os critérios de avaliação abrangem as dimensões ambiental, de direitos humanos e de engajamento de *stakeholders*. Estes são analisados sob três vertentes operacionais: o estabelecimento de políticas (como

códigos de conduta e metas), a efetividade da gestão (planos de assistência e segurança) e a transparência no *reporting* (estatísticas e relatórios socioambientais). Conforme destacado por Kotsantonis; Pinney e Serafeim (2016), a qualidade do *reporting* é o que confere ao índice sua credibilidade, pois permite que analistas externos auditem a conformidade das empresas com padrões globais de sustentabilidade.

A metodologia utiliza o *screening* negativo, por meio do qual são excluídas indústrias dos setores bélico, nuclear e tabagista. No entanto, aprofundando a lógica do índice, observa-se que ele também emprega uma abordagem de engajamento corporativo. Isso significa que as empresas que não atingem os requisitos mínimos são notificadas sobre as lacunas em sua gestão, criando um incentivo para o aprimoramento constante das práticas de responsabilidade corporativa (FTSE Russell, 2024). Assim, o FTSE4Good não atua apenas como um filtro passivo, mas como um indutor de melhores padrões de governança no mercado de capitais global (Leoneti *et al.*, 2016).

3.7 Commission on Sustainable Development (CSD)

Os indicadores de desenvolvimento sustentável da *Commission on Sustainable Development* (CSD) foram desenvolvidos para fornecer uma base sólida de avaliação do progresso dos países em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Esses indicadores são estruturados em quatro níveis, que são dimensão, tema, subtema e indicador, com a finalidade de medir e monitorar as condições ambientais, sociais, econômicas e institucionais. As dimensões abordadas seguem os princípios estabelecidos pela Agenda 21, documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que define as diretrizes globais para a sustentabilidade. Cada tema dentro dessas dimensões é fundamentado em documentos internacionais e metas globais, desenvolvidos com a colaboração de especialistas de agências internacionais e de países que implementaram esses indicadores em suas políticas nacionais. A proposta desses indicadores visa proporcionar aos países uma ferramenta eficaz para o monitoramento e aprimoramento de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, alinhando-se às melhores práticas globais e às necessidades locais. A implementação dos indicadores permite uma análise detalhada e estratégica das políticas de sustentabilidade, contribuindo para a elaboração de planos mais robustos e direcionados à promoção de um futuro sustentável (Leoneti *et al.*, 2016; Zamcopé; Ensslin, 2011).

A ferramenta é direcionada aos países que desejam desenvolver programas nacionais de desenvolvimento sustentável, funcionando como um guia flexível. Isso permite que cada nação adapte os indicadores à sua realidade específica, sem perder a comparabilidade internacional necessária para o monitoramento de metas globais, como as que antecederam os atuais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Sachs, 2015). A literatura aponta que a metodologia da CSD foi o alicerce para a construção de indicadores de sustentabilidade em diversos países, incluindo o Brasil, influenciando diretamente as publicações do IBGE sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Van Bellen, 2006).

3.8 Dashboard da sustentabilidade

O *Dashboard* da Sustentabilidade (DS) constitui uma ferramenta metodológica avançada de suporte à decisão, concebida para integrar e processar grandes volumes de dados heterogêneos em uma interface visual única. Diferente de relatórios narrativos, o DS utiliza algoritmos de agregação que transformam indicadores complexos das dimensões ambiental, social, econômica e institucional em representações gráficas intuitivas, inspiradas em painéis de bordo aeronáuticos (Van Bellen, 2006). Esta abordagem científica permite que gestores identifiquem, de forma imediata, desequilíbrios entre os pilares do desenvolvimento, facilitando a comunicação de dados complexos para diversos *stakeholders* (Scipioni *et al.*, 2009).

Uma das principais características científicas do DS é o seu sistema de pontuação e ponderação, que visa mitigar o problema da compensabilidade, que consiste no fenômeno onde o desempenho excepcional em

uma dimensão, como a econômica, oculta falhas graves em outra, como a ambiental. A estrutura do *Dashboard* impede que o progresso econômico seja validado se houver retrocesso nos indicadores ecológicos, exigindo uma evolução harmônica entre os eixos. Esta lógica de sustentabilidade forte é o que fundamenta a adoção da ferramenta por organismos internacionais, como a ONU, para o monitoramento de metas globais e regionais (UN, 2023; Singh et al., 2012).

Quanto à sua aplicação prática, o instrumento é amplamente direcionado aos governantes de países e cidades, servindo como um mecanismo de monitoramento em tempo real dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ferramenta permite o *benchmarking* entre diferentes regiões, ao padronizar métricas que variam de 0 (desempenho crítico) a 100 (desempenho ideal). Segundo a literatura especializada, o DS funciona como um sistema de alerta precoce, sinalizando áreas que demandam intervenções políticas imediatas para evitar danos irreversíveis ao capital natural ou social (Van Bellen, 2006; Leoneti et al., 2016).

Por fim, a relevância do *Dashboard* na ciência da sustentabilidade reside na sua capacidade de operacionalizar conceitos abstratos em variáveis mensuráveis e comparáveis. Ao organizar os indicadores em grupos temáticos, o sistema oferece uma visão sistêmica da organização ou território, superando a superficialidade das análises fragmentadas. Estudos contemporâneos demonstram que a transparência proporcionada por essa ferramenta eleva o nível de *accountability* na gestão pública e privada, tornando-se um suporte indispensável para a tomada de decisão estratégica em cenários de alta complexidade (Scipioni et al., 2009; Zamcopé; Ensslin, 2011).

3.9 Barômetro de sustentabilidade

O Barômetro de Sustentabilidade (BS), idealizado por Robert Prescott-Allen, representa um avanço metodológico significativo ao propor uma mensuração integrada do bem-estar social e da integridade ecossistêmica. Diferente de índices que agregam indicadores em uma única média aritmética, o BS fundamenta-se na premissa de que a sustentabilidade é um estado de equilíbrio dinâmico onde tanto o sistema humano quanto o ambiental devem prosperar simultaneamente. Esta ferramenta é amplamente utilizada por agências governamentais, organizações não governamentais e tomadores de decisão para monitorar o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável em escalas que variam do nível local ao global (Prescott-Allen, 2001).

A arquitetura visual do Barômetro é composta por um gráfico bidimensional onde o eixo vertical representa o índice de bem-estar humano e o eixo horizontal o índice de bem-estar ambiental. A interseção desses eixos determina o índice de bem-estar geral, evidenciando o estágio atual da região ou organização estudada. Cientificamente, essa representação gráfica é crucial para evitar o fenômeno da compensabilidade, pois o modelo deixa claro que um elevado desenvolvimento social não compensa um colapso ambiental, e vice-versa, reafirmando o conceito de sustentabilidade forte (Van Bellen, 2006; Leoneti et al., 2016).

A avaliação do estado das pessoas e do ecossistema é realizada por meio de uma escala centesimal, variando de 0 (desempenho insustentável) a 100 (desempenho sustentável). Esta escala é dividida em cinco setores de 20 pontos cada, categorizados como insustentável, pobre, moderado, bom e sustentável. A flexibilidade na seleção dos indicadores é um dos pilares do BS, permitindo que a metodologia seja adaptada a diferentes contextos culturais, geográficos e econômicos, desde que as dimensões humanas e ambientais recebam o mesmo peso analítico na composição final (Singh et al., 2012; Zamcopé; Ensslin, 2011).

Sendo assim, a relevância do barômetro na literatura reside na sua capacidade de operacionalizar a interdependência entre sociedade e natureza. Ao fornecer um diagnóstico claro e intuitivo, a ferramenta facilita a formulação de políticas públicas e estratégias corporativas que buscam o equilíbrio entre a equidade social e a regeneração ambiental. Estudos indicam que o uso do BS eleva o nível de consciência dos gestores sobre as limitações dos recursos naturais, transformando o conceito abstrato de sustentabilidade em metas mensuráveis e passíveis de auditoria social (Scipioni et al., 2009; Leoneti et al., 2016).

3.10 Triple Bottom Line Index System (TBLIS)

O Triple Bottom Line Index System (TBLIS) constitui uma abordagem metodológica desenhada para operacionalizar o conceito de sustentabilidade nas esferas corporativa e industrial. Fundamentado na premissa de John Elkington, o TBLIS transcende a análise isolada de indicadores ao focar na mensuração das inter-relações entre as categorias de prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social. Diferente de modelos puramente narrativos, o sistema utiliza uma estrutura matemática que busca quantificar o equilíbrio entre esses pilares, permitindo que a sustentabilidade deixe de ser um conceito abstrato e se torne um indicador de desempenho estratégico passível de auditoria (Elkington, 2012; Leoneti *et al.*, 2016).

Uma das principais contribuições científicas do TBLIS reside na sua capacidade de modelar a sinergia entre as dimensões do tripé da sustentabilidade. Por meio de algoritmos de agregação e ponderação, o sistema oferece um método para o direcionamento estratégico da organização, auxiliando os gestores na identificação de áreas onde o ganho econômico pode estar gerando externalidades negativas severas ou onde o investimento social pode potencializar a reputação de marca. Esse modelo matemático é essencial para mitigar a subjetividade nas tomadas de decisão, conferindo maior robustez científica aos relatórios de sustentabilidade e facilitando o diálogo com investidores focados em critérios ESG (Singh *et al.*, 2012; Schaltegger; Burritt, 2017).

Contudo, a literatura aponta que a aplicação do TBLIS apresenta desafios significativos, especialmente para empresas de pequeno e médio porte. A complexidade do sistema exige uma infraestrutura de dados robusta e sistemas de informação integrados que permitam a coleta e o processamento de indicadores heterogêneos em tempo real. Além disso, a necessidade de especialistas para a correta calibração do modelo matemático pode elevar os custos de implementação, o que muitas vezes restringe o uso do TBLIS a grandes corporações e setores industriais de alto impacto que já possuem maior maturidade em seus sistemas de gestão (Zamcopé; Ensslin, 2011; Barbieri, 2023).

Por fim, a relevância do TBLIS no cenário acadêmico contemporâneo decorre de sua evolução para modelos de contabilidade integrada. Ao fornecer uma base comparável entre diferentes empresas e setores, o sistema contribui para a redução da assimetria de informação no mercado de capitais e para o estabelecimento de benchmarks setoriais. Estudos recentes demonstram que organizações que utilizam sistemas indexados como o TBLIS tendem a apresentar maior eficiência na alocação de recursos e melhor desempenho no longo prazo, pois conseguem antecipar riscos socioambientais que passariam despercebidos em modelos de análise estritamente financeira ((Eccles, Ioannou e Serafeim, 2014)

4. Conclusão

Ao longo das últimas décadas, a intensificação das externalidades ambientais no cenário global impulsionou uma reconfiguração na postura dos agentes e das organizações. Esta mudança transcendeu a esfera da conformidade legal, consolidando uma consciência organizacional orientada à promoção do desenvolvimento sustentável e à responsabilidade socioambiental estratégica. Este estudo demonstrou que tal transição é suportada por uma infraestrutura de reporte e avaliação cada vez mais sofisticada, que busca traduzir valores éticos em indicadores de desempenho mensuráveis.

Nesse sentido, os resultados evidenciam uma mobilização coordenada de organismos nacionais e internacionais no desenvolvimento de instrumentos que auxiliam as empresas na otimização de seus processos internos. Conclui-se que esses índices e relatórios cumprem uma função essencial de sinalização ao mercado e aos investidores, mitigando a assimetria de informação e permitindo a identificação de organizações que integram critérios ESG (*Environmental, Social, and Governance*) em seu *core business*. Tais práticas não

apenas fortalecem a reputação institucional, mas atuam preventivamente na gestão de riscos que poderiam comprometer a viabilidade econômico-financeira a longo prazo.

A investigação tornou patente que, embora o conceito de desenvolvimento sustentável seja o eixo central de todos os modelos analisados, existe uma versatilidade metodológica que permite sua adaptação a diferentes setores, portes e naturezas jurídicas. A compatibilidade dos instrumentos encontrados, que variam desde escalas de bem-estar humano e ambiental até modelos matemáticos de inter-relação, reforçam que a sustentabilidade é um sistema de gestão coerente e aplicável a realidades distintas, independentemente da complexidade operacional da organização.

Por fim, em atendimento ao objetivo proposto, este estudo identificou e analisou os modelos de relatórios e índices de sustentabilidade de maior proeminência nas esferas nacional e internacional. Observou-se uma distinção clara de escopo: enquanto os instrumentos de destaque nacional, como o ISE, ETHOS e IBASE, possuem uma aplicação estritamente voltada ao ambiente corporativo e à influência na gestão estratégica, os modelos de abrangência global (com exceção do GRI e DJSI) tendem a incorporar dimensões que transcendem o limite da firma, alcançando esferas governamentais e territoriais. Esta diferenciação sugere que o futuro da mensuração da sustentabilidade reside na convergência entre os indicadores de desempenho organizacional e os objetivos de bem-estar coletivo preconizados pela Agenda 2030.

5. Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa.

6. Referências

Andrade, C. A.; Avelino, B. C.; Linhares, T. B. Balanço social: análise das informações evidenciadas pela Companhia Energética de Minas Gerais e pelo Grupo Light. **Redeca**, v. 3, n. 2, p. 77-92, jul./dez. 2016.

Andrade, L. P. et al. Determinantes de adesão ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA e sua relação com o valor da empresa. **Revista Brasileira de Finanças**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 181-213, jun. 2013.

Anjos, L. R. A. dos; Cruz, T. S.; Mativi, C. S. Contabilidade ambiental e o desenvolvimento de índice de sustentabilidade para as empresas. **Brazilian Journal of Scientific Administration**, v. 16, n. 1, p. e8671, 2025.

Araújo, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2016.

B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Disponível em: <http://www.b3.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2025.

Barbieri, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Bs (Barometer Of Sustainability). **Open Data Barometer - 4th Edition**. Disponível em: <https://opendatabarometer.org>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Campos, L. M. S. et al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative. **Gestão & Produção**, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

Carvalho, F. M.; Siqueira, J. R. M. Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais de empresas latino-americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 38, p. 1-13, 2012.

Crisóstomo, V. L.; Forte, H. C.; Prudêncio, P. A. Uma análise da adesão de organizações brasileiras à GRI como método de divulgação de informações de responsabilidade social corporativa. **Revista Ambiente Contábil**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2020.

Csd (Commission For Sustainable Development). **Commission for Sustainable Development**. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/csd.html>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Djsi (Dow Jones Sustainability Indexes). **Dow Jones Sustainability Indices**. Disponível em: <https://www.sustainability-indices.com/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Ds (Dashboard Of Sustainability). **Dashboard da sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.green2sustainable.com/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Eccles, R. G.; Ioannou, I.; Serafeim, G. The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance. **Management Science**, v. 60, n. 11, p. 2835-2857, 2014.

Eccles, R. G.; Krzus, M. P. **Relatórios integrados: a convergência entre ESG e a estratégia corporativa**. 2. ed. Nova York: Wiley, 2024.

Edmans, A. **Grow the pie: how great companies deliver both purpose and profit**. Updated ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

Elkington, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books, 2012.

Ethos (Instituto Ethos). **O Instituto Ethos**. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Ferreira, J. M. et al. **Responsabilidade social corporativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Ferreira, L. F. et al. Indicadores de sustentabilidade empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative GRI. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2009, Resende. **Anais...** Resende, 2009.

Fontanillas, C. N.; Leão, M. S.; Lima, M. F. Indicadores de sustentabilidade empresarial e o mercado financeiro no Brasil: uma análise estatística comparativa da relação risco e retorno no período 2006 a 2021. **Remunom**, [S. l.], v. 1, p. 1-36, 2025.

Freeman, R. E.; Reed, D. L. Stockholders and Stakeholders: A New Perspective on Corporate Governance. **California Management Review**, v. 25, n. 3, p. 88-106, 1983.

Ftse (Ftse4good Index). **Série de índices FTSE4Good**. Disponível em: <https://www.ftse.com>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Ftse Russell. **FTSE4Good Index Series: inclusion criteria**. London: LSEG, 2024.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Global Reporting Initiative (GRI). **GRI Standards 2021**. Amsterdã: GRI, 2021.

Gray, R.; Adams, C. A.; Owen, D. **Accountability, social responsibility and sustainability: accounting for society and the environment**. London: Pearson, 2014.

Hartzmark, S. M.; Sussman, A. B. Do Investors Value Sustainability? A Natural Experiment Examining Ranking and Fund Flows. **The Journal of Finance**, v. 74, n. 6, p. 2789-2837, 2019.

Ibase (Instituto Brasileiro De Análises Sociais E Econômicas). **Relatório Anual 2017**. Disponível em: <https://ibase.br>. Acesso em: 11 nov. 2025.

Instituto Ethos. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. São Paulo: Instituto Ethos, 2017.

Junior, C. J. J. F.; Kassai, J. R. Relatório de sustentabilidade GRI: um estudo no setor elétrico brasileiro. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE E FINANÇAS, 11., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2014.

Kitahara, J. R. **Responsabilidade Social e desempenho financeiro de empresas: um estudo empírico utilizando o Balanço Social padrão Ibase**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Kitchenham, B. A.; Charters, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Keele: Keele University, 2007. (Tech. Rep. EBSE-2007-01).

Kotsantonis, S.; Pinney, C.; Serafeim, G. ESG Integration in Investment Management: Myths and Realities. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 28, n. 2, p. 10-16, 2016.

Kraemer, M. E. P. Contabilidade Ambiental como sistema de informações. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S. l.], n. 133, p. 68-83, ago. 2011.

Kraemer, M. E. P. Responsabilidade social corporativa: uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 4, n. 1, p. 1-50, 2005.

Leoneti, A.; Nirazawa, A.; Oliveira, S. Proposta de índice de sustentabilidade como instrumento de autoavaliação para micro e pequenas empresas (MPEs). **REGE – Revista de Gestão**, v. 23, n. 4, p. 349-361, 2016.

Lima, L. A. O. et al. Meio Ambiente, Sustentabilidade e ESG: A Importância da Gestão Socioambiental para a Governança Ambiental, Social e Corporativa. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 16, n. 9, p. e5247, 2025.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Martins, C. M. F.; Bernardo, D. C. dos R.; Madeira, G. J. Origem e evolução do Balanço Social no Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, n. 9, p. 6-11, 2003.

Nascimento, A. P. et al. **Análise da gestão sustentável por indicadores para atender aos desafios da Responsabilidade Social Corporativa no Brasil**. Disponível em: <https://www.abepro.org.br>. Acesso em: 08 abr. 2025.

Nbis (Network For Business Innovation And Sustainability). **Triple bottom line reporting**. Disponível em: <http://nbis.org>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Nicholls, C. I. et al. **Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Nogueira, J. P. P.; Gomes, M. T. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) sob a perspectiva do Retorno Ajustado ao Risco: sustentabilidade gera retorno? **Revista Espaço Acadêmico**, n. 131, p. 89-96, 2012.

Oliveira, M. A. S. et al. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Revista Produção**, v. 24, n. 2, p. 393-404, 2014.

Oro, I. M.; Vicenti, T.; Scarpin, J. E. Balanço social no Terceiro Setor: análise do modelo IBASE com relação à transparência e prestação de contas à sociedade. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 76-89, 2014.

Penteado, E. J.; Duarte, C. G. Uma avaliação dos Indicadores Ethos a partir dos Princípios de Bellagio. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 16., 2014. **Anais...** [S. l.], 2014.

Sachs, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

Santa, S.; Herrero-Solana, V. Cobertura de la ciencia latinoamericana en la Web of Science: una aproximación bibliométrica. **Investigación Bibliotecológica**, v. 29, n. 66, p. 13-37, 2015.

Santos, F. P.; Oliveira, A. P. M.; Izidoro, J. T. L. Relatórios de sustentabilidade e ESG: a integração da contabilidade ambiental. **Err01**, v. 10, n. 4, p. e8079, 2025.

Schaltegger, S.; Burritt, R. **Contemporary environmental accounting: issues, concepts and practice**. London: Routledge, 2017.

Searcy, C.; Elkhawas, D. Corporate sustainability ratings: an investigation into how corporations use the Dow Jones Sustainability Index. **Journal of Cleaner Production**, v. 35, p. 79-92, 2012.

Senefonte, G. L.; Patah, L. A. Validade Teórica das Dimensões de Análise dos Indicadores de Projetos de Responsabilidade Social Corporativa. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, jan./abr. 2014.

Silva, E. H. D. R. et al. Análise comparativa de rentabilidade: um estudo sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Gestão & Produção**, v. 22, n. 4, p. 743-754, 2015.

Singh, R. K. et al. An overview of sustainability assessment methodologies. **Ecological Indicators**, v. 15, n. 1, p. 281-299, 2012.

Souza, K. R.; Kerbaui, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

Tachizawa, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Teixeira, E. A.; Nossa, V.; Funchal, B. The corporate sustainability index (CSI) and the impacts on indebtedness and risk perception. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 29-44, 2011.

Toppinen, A. L. N. et al. Corporate responsibility and strategic groups in the forest-based industry: exploratory analysis based on the Global Reporting Initiative (GRI) Framework. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 19, n. 4, p. 191-205, 2012.

Van Bellen, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.